

# FÓRUM DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE PERNAMBUCO (FPS-PE)

Documento Institucional ao Ministro Guilherme Boulos  
Governo do Brasil na Rua – Recife/PE | 24 de abril de 2026

---

## 1. Apresentação

O Fórum de Participação Social de Pernambuco (FPS-PE), instância representativa da sociedade civil organizada no estado a partir de uma iniciativa do governo federal, vem por meio deste apresentar considerações e propostas ao Ministério da Secretaria Geral da Presidência da República, por ocasião da agenda Governo do Brasil na Rua, realizada em Recife/PE.

Registramos o reconhecimento à iniciativa do Governo Federal, em implantar e contribuir para o fortalecimento da democracia participativa e para a ampliação do diálogo entre o Estado e os diversos segmentos sociais nos territórios.

## 2. Dos Fóruns de Participação Social

A criação dos Fóruns de Participação Social constitui importante instrumento de articulação entre governo e sociedade civil, promovendo:

- A institucionalização de canais permanentes de diálogo;
- O fortalecimento do controle social das políticas públicas;
- A valorização das dinâmicas territoriais e das organizações populares;
- A ampliação da incidência social nos processos decisórios.

O FPS-PE é composto por entidades e movimentos sociais de diversas áreas, incluindo agricultura familiar, direitos humanos, assistência social, moradia, cultura, igualdade racial, direitos das mulheres, juventude, população em situação de rua e economia solidária, conforme registro em anexo.

## 3. Do contexto estadual

Com base nos debates realizados na 1ª Reunião Ordinária do Fórum, destacam-se aspectos relevantes da conjuntura em Pernambuco:

- Pressões socioeconômicas decorrentes do aumento do custo de vida e da insegurança alimentar;

- Persistência de desigualdades territoriais entre regiões metropolitanas e interioranas;
- Desafios relacionados à geração de trabalho e renda;
- Necessidade de fortalecimento das políticas públicas de saúde e assistência social;
- Limitações na comunicação institucional e na difusão de informações sobre ações governamentais;
- Crescente impacto da desinformação no ambiente político-social.

#### **4. Das prioridades e demandas**

O Fórum de Participação Social de Pernambuco elencou como prioridades estratégicas:

##### **4.1 Políticas públicas**

- Soberania e segurança alimentar;
- Trabalho e geração de renda;
- Assistência social (com atenção ao Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada – BPC);
- Habitação de interesse social;
- Educação e formação cidadã.

##### **4.2 Fortalecimento institucional dos Fóruns**

- Garantia de apoio financeiro e logístico para funcionamento regular;
- Estruturação de políticas de comunicação popular;
- Implementação de programas de formação política nos territórios;
- Instituição de agendas periódicas com órgãos do Governo Federal;
- Apoio a mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas públicas.

##### **4.3 Territórios prioritários**

- Região Metropolitana do Recife;
- Agreste Central;
- Mata Sul;
- Sertão do São Francisco/Araripe;

- Sertão do Pajeú.

#### **4.4 Demandas prioritárias para o Fórum de Participação Social de Pernambuco**

- **Cultura e Economia Solidária e Popular:**

Reconhecemos o esforço que esse governo tem feito para abrir portas para criar caminhos para fazer que a política pública chegue aonde por muito tempo ela não chegava. Em nome do Fórum de Participação Social de Pernambuco, queremos dizer que tratar de cultura e economia solidária e popular é tratar de desenvolvimento, democracia e direito.

Em nosso estado, a cultura não é apenas expressão simbólica. Ela é trabalho, renda, identidade e organização popular. Está nos territórios periféricos, nos coletivos culturais, nos grupos de Mulheres, no artesanato, nas cozinhas solidárias, nos empreendimentos populares, nos povos tradicionais, nas juventudes e nas redes comunitárias que produzem riqueza mesmo diante da exclusão.

Dentro de nossas comunidades temos riquezas vivas. A economia solidária e popular e a produção cultural têm sustentado milhares de famílias, mas ainda enfrentam baixa institucionalidade, descontinuidade de apoio, dificuldade de acesso a crédito, comercialização e políticas estruturantes que atendam as especificidades de raça, gênero e classe.

Nossa defesa é que essas agendas não sejam tratadas como ações compensatórias, mas como parte de uma estratégia nacional de desenvolvimento com base territorial. Por isso, apresentamos algumas prioridades:

Primeiro: fortalecer e institucionalizar uma política nacional de economia solidária e popular, com orçamento, governança participativa e apoio aos empreendimentos dos territórios;

Segundo: ampliar mecanismos de financiamento e crédito acessível para trabalhadores da cultura, cooperativas, redes solidárias e iniciativas comunitárias, sejam elas ou não formalizadas;

Terceiro: integrar cultura e economia solidária nas políticas de compras públicas, circuitos de comercialização, feiras, mercados populares e estratégias de desenvolvimento local;

Quarto: fortalecer políticas culturais com foco nos territórios populares, garantindo acesso, fomento e valorização da diversidade cultural, das expressões periféricas e dos saberes tradicionais;

Quinto: assegurar que a participação social tenha papel permanente na formulação, monitoramento e avaliação dessas políticas;

Sexto: fortalecer a economia feminista popular, reconhecendo o papel central das Mulheres na sustentação da vida nas comunidades, garantindo autonomia econômica, geração de renda e dignidade. A independência financeira é também instrumento fundamental no enfrentamento à violência contra as Mulheres e no fortalecimento das famílias e do desenvolvimento do país.

Ministro, queremos afirmar que não há combate às desigualdades sem fortalecer quem produz a vida nos territórios. Investir em cultura e economia solidária é investir em autonomia, inclusão produtiva, democracia e soberania popular. Pernambuco traz essa agenda como prioridade e solicita que essas demandas sejam acolhidas na agenda do governo federal, com respostas concretas e continuidade do diálogo com os fóruns de participação social.

- **Assistência Social:**

A política de Assistência Social, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), não tem sido devidamente valorizada, especialmente no que se refere à formação de agentes territoriais e ao fortalecimento de sua dimensão pública e de direitos. Esse quadro se insere em um contexto de ofensiva de setores da direita, orientados por uma lógica neoliberal, que incide diretamente sobre os direitos sociais — em particular os assistenciais — promovendo a estigmatização da população usuária e reforçando a ideia de que o acesso a benefícios constitui favor, e não direito.

Uma parcela significativa da população brasileira ainda não se reconhece como sujeito de direitos. Há desconhecimento sobre a trajetória de construção da política de Assistência Social, bem como sobre sua legitimidade e centralidade no sistema de proteção social. Nesse cenário, as mulheres — maioria entre as usuárias — vivenciam de forma intensificada o medo de cortes de benefícios, realidade que tem se concretizado com frequência, sem a existência de canais efetivos, acessíveis e institucionalizados de contestação.

Observa-se, ainda, que os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) têm sido, em diversos territórios, instrumentalizados por gestões locais alinhadas a práticas clientelistas, que utilizam o acesso a benefícios sociais — incluindo o Cadastro Único — como mecanismo de controle político e manutenção de bases eleitorais. Dinâmica semelhante é identificada em Conselhos de Assistência Social, comprometendo o caráter democrático e de controle social dessas instâncias. Nesse contexto, usuárias e movimentos de base territorial não dispõem, isoladamente, de condições para enfrentar tais distorções.

Diante disso, evidencia-se a necessidade de formação e atuação de Agentes Territoriais especializados nas políticas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como estratégia fundamental para o fortalecimento da política pública e para a garantia de acesso qualificado aos direitos, especialmente para mulheres e famílias vinculadas aos movimentos sociais e aos espaços de participação social.

Destaca-se, ainda, o enrijecimento e a excessiva burocratização da política de Assistência Social, que têm contribuído para restringir o acesso e reduzir a transparência dos serviços e benefícios ofertados.

Adicionalmente, para que os benefícios socioassistenciais sejam efetivamente reconhecidos como direitos, é imprescindível a implementação de uma estratégia de comunicação institucional ampla, contínua e acessível. A ausência dessa ação favorece a apropriação política da política por gestões municipais, que passam a operá-la sob a lógica da concessão e do favor.

Há, também, um sentimento disseminado nos territórios de que o acesso aos benefícios ocorre de forma desigual e injusta: pessoas que não se enquadram nos critérios são contempladas, enquanto outras, com direito assegurado, enfrentam barreiras de acesso. São recorrentes os relatos de suspensão ou cancelamento de benefícios sem justificativa clara, o que gera insegurança e amplia a dependência da mediação de profissionais da ponta, que se encontram, em geral, sobrecarregados e com condições de trabalho precarizadas.

Essa situação se agrava no acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), sobretudo nos casos de pessoas com deficiência ou com condições de saúde que impossibilitam o exercício do trabalho, evidenciando falhas na operacionalização e no acompanhamento desses direitos.

Por fim, reafirma-se a necessidade de criação e fortalecimento de agentes territoriais no âmbito da Assistência Social (SUAS), estruturados em articulação com

os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), compondo uma atuação integrada nos territórios junto às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e às Unidades de Saúde da Família (USF). Essa organização deve se orientar por uma lógica transversal e horizontal, incorporando iniciativas como o AgPopSUS, de modo a qualificar o acesso, ampliar a compreensão da população sobre seus direitos e fortalecer a efetividade das políticas públicas no território. Trata-se de uma estratégia estruturante para a melhoria das condições de vida, especialmente das mulheres, que são maioria no acesso às políticas e que sustentam, de forma contínua, o cuidado das famílias. Assim, a defesa da política de Assistência Social não é apenas institucional, mas política e urgente: é, em última instância - na defesa da vida das mulheres nos territórios!

Nesse sentido, queríamos trazer como horizonte político o lema que é do Fórum de Mulheres de Pernambuco que - "a nossa luta feminista é todo dia por direitos e por democracia. Enfrentando a extrema direita e garantindo direitos para a vida das mulheres!"

- **Fim da jornada 6x1**

Sabemos e saudamos os esforços feitos pelo Governo Federal para o fim da escala 6x1 no Brasil, posicionando o Governo Lula ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Gostaríamos de reafirmar que, segundo nossa Constituição Federal, todo cidadão brasileiro tem direito a uma vida digna e por isso é essencial que o Estado Brasileiro conceda as condições básicas para tal, incluindo não só os direitos sociais fundamentais citados na constituição, mas também o direito ao tempo. Todo e toda brasileiro e brasileira deve ter direito ao tempo de descanso, ao lazer, à construção de sua subjetividade e do seu pensamento. Mas como isso é possível quando se vive apenas para o trabalho? A luta contra a escala 6x1 é uma luta por uma vida que seja, verdadeiramente, digna, é a luta pelo tempo.

Comprendemos que vivemos no sistema capitalista e que não temos, neste momento, condições de mudar essa realidade, mas temos que garantir que esse sistema, estruturado a partir do patriarcado e do racismo e possibilitado em sua plenitude pela expropriação colonial, não tire da população brasileira a possibilidade de existir no mundo de forma plena, digna e equânime. Nesse sentido é preciso combater as desigualdades entre nós, sejam estas relativas à raça, gênero e condições econômicas de vida. Por isso, discutir sobre o tempo das pessoas é um

ponto central, é a partir dele que se articula a exploração dos corpos para a obtenção de lucro e da mais-valia e é por isso que, para os mais ricos, controlá-lo é essencial para a manutenção desse sistema.

A luta pela diminuição da carga horária de trabalho é uma das mais antigas lutas da classe trabalhadora, podemos observá-la historicamente desde a Revolução Industrial até os dias de hoje, ela não é uma novidade. Porém, vivemos no Brasil um processo de precarização das condições de vida, do mercado de trabalho e, desde o golpe contra a Presidenta Dilma, dos direitos sociais e das políticas públicas. Apesar dos esforços do Governo Lula entendemos que nos últimos dez anos tivemos uma precarização geral das condições de vida e que, por isso, a luta por tempo se torna cada vez mais necessária.

O tempo tem sido devorado não só pelos mais ricos, que exploram a mão de obra dos mais pobres, como também pela falta de mobilidade nas cidades, em especial nos centros urbanos, mas também na área rural, que condicionam a classe trabalhadora a jornadas de deslocamento absurdas. É inadmissível que para chegar ao trabalho seja necessário pegar mais de um transporte público, que está em condições cada vez mais precárias e cada vez mais caro, passar em média 5 horas por dia dentro do transporte coletivo e não ter esse tempo contabilizado como tempo produtivo.

No mundo do trabalho temos passado por mudanças sérias, com o avanço das tecnologias e com a precarização da vida. Ao invés de estarmos presenciando uma automatização dos trabalhos precarizados, temos presenciado justamente o contrário: a lógica de exploração violenta do tempo do trabalhador, fazendo com que se produza cada vez mais com maior rapidez para aumentar o lucro dos mais ricos. Estamos testemunhando o aumento do tempo de trabalho e a diminuição brusca do tempo livre das pessoas.

A situação das mulheres é ainda mais grave, visto que existe uma jornada de trabalho intermitente, onde além da exploração do trabalho produtivo, ou seja, do trabalho que produz coisas e serviços que são pagos (ainda que mal pagos), também temos nosso trabalho reprodutivo explorado pelo capitalismo. É preciso que a reprodução da vida seja garantida para que o sistema possa permanecer, isso depende da força de trabalho das mulheres, trabalho esse que é invisibilizado e, quase sempre, não é remunerado (e quando agregado ao valor é muito mal pago). Todas as mulheres deste país sabem muito bem que tipo de trabalho é, o trabalho

reprodutivo é o trabalho de cuidar das crianças, idosos e doentes, de limpar a casa, de fazer a comida, lavar roupa. Sem estarem alimentados, sem roupa limpa, sem reposição de trabalhadores, o capitalismo não consegue produzir. Somos ensinadas desde criança que é esse trabalho faz parte da nossa natureza, porém sabemos que isso não é verdade e gostaríamos de reiterar que o patriarcado se apropria de nossa força de trabalho não remunerada para que o sistema capitalista possa se manter e crescer em cima da exploração de nossos corpos, é essa a divisão sexual do trabalho.

Comprendemos que, claro, o mundo do trabalho também é dividido a partir da raça, a escravização dos povos negros e indígenas, assim como a expropriação de terras e exploração dos recursos naturais das populações não-europeias, articulou o colonialismo, que permitiu a acumulação primitiva que deu origem e força ao capitalismo moderno, foi a partir desse processo que as pessoas negras e sua força de trabalho foram transformadas em mercadoria. Hoje, mesmo 138 anos depois da abolição da escravidão, são tão violentas quanto óbvias as marcas do racismo na sociedade brasileira, sendo uma delas a divisão racial do trabalho, que colocou as pessoas negras e indígenas nos piores e mais mal pagos empregos. E é pela junção nefasta das estruturas patriarcal e racista que são as mulheres negras as que acabam com menos tempo para si, muitas vezes é o trabalho reprodutivo remunerado que garante a sobrevivência dessas mulheres e, sabemos, como o trabalho doméstico é desvalorizado nesse país, além do fato de que ele se torna infinito para essas mulheres, pois ele também permanece dentro de suas casas.

É o trabalho das mulheres que sustenta o mundo, por isso também compreendemos que é necessário que a discussão do fim da jornada 6x1 passe, necessariamente, pelo debate de gênero. Desejamos vida plena às mulheres brasileiras, isso significa que queremos que os direitos ao lazer, ao tempo livre, à educação e a construção de si sejam evidenciados nessa discussão. Muitas vezes nossos próprios companheiros de luta (e também o Governo Federal) acabam por reproduzir a ideia de que temos que lutar pelo fim da escala 6x1 para que as mulheres passem mais tempo com suas famílias, porém reafirmamos: o tempo das mulheres é o tempo do trabalho. Trabalhamos dentro e fora de nossas casa, o trabalho doméstico não é valorizado, visibilizado e, muito menos, reconhecido como trabalho, porém sem ele o mundo do trabalho não se sustentaria em pé.

Para colaborar com nosso pensamento trazemos alguns dados que consideramos essenciais para o diálogo sobre a construção de uma jornada de trabalho menos exaustiva para as mulheres:

- Entre os trabalhadores formais que fazem jornadas de trabalho de 44 horas por semana (geralmente distribuídas na escala 6x1), os homens (48,6%) trabalham mais frequentemente 44 horas semanais do que as mulheres (42,8%); a proporção de trabalhadores negros (47,7%) trabalhando 44 horas semanais é maior do que a de trabalhadores brancos (44,2%) (Fonte: PNADc – 4ºtri/2024);
- Mulheres com jornadas acima de 40 horas semanais, mesmo representando um percentual menor entre as pessoas ocupadas nessas jornadas, são penalizadas pelo elevado número de horas dedicadas ao trabalho reprodutivo, somando mais cerca de 21 horas semanais. Isso representa um ritmo médio de quase 10 horas de trabalho/dia para as mulheres (Fonte: nota técnica da REBEF);
- Enquanto mulheres brancas e negras que trabalham em jornadas de 40 a 44 horas semanais gastam respectivamente, em média, 15 horas e 47 minutos e 16 horas e 38 minutos semanais nos trabalhos não remunerados, homens brancos e negros com a mesma jornada laboral gastam, em média, 11 horas e 46 minutos e 11 horas 34 minutos, respectivamente (Fonte: nota técnica da REBEF).

Por fim, saudamos novamente os esforços do Governo Federal em melhorar a vida de brasileiras, brasileiros e brasileiras, compreendemos as dificuldades dessa conjuntura e os desafios de se fazer política quando temos o pior congresso nacional da história, porém reafirmamos a urgência de lutar contra a jornada 6x1 e a necessidade urgente da construção e fortalecimento de um diálogo nítido e aberto com os movimentos sociais, em especial com o movimento feminista.

- **Enfrentamento ao Femicídio**

Falar sobre o enfrentamento ao feminicídio não é apenas falar de estatísticas; é falar de cadeiras vazias nas mesas de jantar, de filhos órfãos e de um sistema que ainda falha em proteger a vida das mulheres. O feminicídio é o desfecho trágico de uma jornada de silenciamentos e omissões.

Não é um 'crime passional'. É um crime de ódio, fundamentado no controle e na posse. No Brasil, os números seguem alarmantes, e a cor dessas estatísticas tem alvo certo: são, em sua maioria, mulheres negras e periféricas as que mais tombam diante da barbárie patriarcal.

O Fórum de Participação Social de Pernambuco reitera seu compromisso em garantir que as políticas vitoriosas do Governo Federal não fiquem presas nos gargalos da burocracia local. O Governo Federal cumpriu sua parte: retomou o Ministério das Mulheres e reconstruiu o orçamento para o enfrentamento à violência. Mas o feminicídio — que em 2025 ceifou a vida de quatro mulheres por dia no Brasil — acontece no território.

Aqui em Pernambuco, o cenário nos exige pressa. O nosso estado, apesar de sua história de lutas, ainda amarga índices inaceitáveis de violência doméstica e o que este Fórum pergunta é: onde está o recurso federal que deveria estar salvando essas vidas agora? O Ministério das Mulheres tem recursos para as Casas da Mulher Brasileira e para o reequipamento de delegacias. No entanto, o Governo Federal abre as portas, mas o Estado e os Municípios precisam 'abrir as janelas'.

Não basta o recurso ser empenhado em Brasília se ele trava aqui por falta de contrapartida. Se o Estado não oferece o terreno ou não garante o pessoal concursado para as DEAMs, a estrutura não sai do papel. É por isso que Pernambuco tem apenas 15 delegacias especializadas para 184 municípios, e apenas 7 funcionam 24 horas. Sem a organização local e a vontade política de executar o pacto federal, o financiamento vira apenas uma promessa distante enquanto mulheres morrem no interior, longe de qualquer rede de apoio.

O enfrentamento ao feminicídio exige uma rede de proteção que funcione do Litoral ao Sertão. É preciso que o Governo do Estado e as Prefeituras entendam que o combate à violência de gênero deve ser uma política de Estado, transversal e permanente, e não apenas uma campanha de calendário no 'Agosto Lilás'.

E para aqueles que ainda tratam o enfrentamento ao feminicídio como uma pauta secundária, trazemos um argumento de responsabilidade fiscal: a violência contra a mulher custa caro ao Brasil. Ela sobrecarrega o SUS, afasta mulheres do mercado de trabalho e gera um impacto bilionário na produtividade do país.

Investir em proteção não é gasto, é investimento econômico e social. Política para mulheres sem financiamento contínuo e fiscalizado é política de papel. O Fórum de Participação Social de Pernambuco, exige transparência no repasse

fundo a fundo, para sabermos exatamente quanto do dinheiro federal está de fato chegando à Patrulha Maria da Penha e aos centros de referência.

O feminicídio é o ápice da omissão política e financeira. Exigimos que Pernambuco lidere a implementação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, garantindo que o atendimento chegue ao Sertão e ao Agreste com a mesma força da capital. O tempo dos ajustes fiscais não pode ser superior ao tempo da vida das mulheres.

Quando questionamos o que é necessário para zerar os índices de feminicídio, o Fórum de Participação Social é enfático: precisamos de um Sistema Integrado de Proteção, e não de ações isoladas. A efetivação das políticas federais em Pernambuco deve obrigatoriamente passar por quatro eixos:

- **Prevenção e Educação:** Não basta prender o agressor; é preciso impedir que ele se forme. Isso exige políticas de educação não-sexista nas escolas e campanhas permanentes de mudança cultural, financiadas de forma contínua, e não apenas no 'Agosto Lilás'.
- **Rede de Atendimento e Abrigo:** A mulher só sai do ciclo de violência se tiver para onde ir. Precisamos de Casas-Abrigo de sigilo absoluto e Casas da Mulher Brasileira regionalizadas. O financiamento federal deve garantir que essas unidades tenham equipes multidisciplinares — psicólogas, assistentes sociais e advogadas — e não apenas um balcão de atendimento.
- **Autonomia Econômica:** Muitas mulheres permanecem com o agressor por falta de teto e comida para os filhos. Políticas de microcrédito orientado, prioridade em programas habitacionais (como o Minha Casa, Minha Vida) e reserva de vagas em frentes de trabalho são políticas de salvamento de vidas.
- **Justiça e Segurança Ágil:** Precisamos da integração real dos bancos de dados. A polícia, o Ministério Público e o Judiciário precisam falar a mesma língua. O financiamento deve ir para o monitoramento eletrônico de agressores e para garantir que a Patrulha Maria da Penha tenha viaturas e combustível para rondas diárias no interior, e não apenas na Região Metropolitana.

## 5. Das expectativas institucionais

O Fórum de Participação Social de Pernambuco apresenta as seguintes expectativas em relação ao Governo Federal:

- Consolidação dos Fóruns de Participação Social como política pública permanente;
- Ampliação da presença do Governo Federal nos territórios;
- Estabelecimento de mecanismos contínuos de diálogo com a sociedade civil;
- Integração dos Fóruns aos processos de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas;
- Apoio às agendas territoriais e às iniciativas dos movimentos sociais.

Nós, do Fórum de Participação Social de PE, valorizamos a iniciativa de reforçar a participação social nas políticas públicas federais por meio dos fóruns estaduais. A garantia da participação social constitui um dos pilares de sustentação de um governo democrático e popular. Contudo, a comunicação entre o governo federal e os fóruns, no que se refere ao plano de trabalho, apresentou fragilidades nos seguintes aspectos: o plano proposto no seminário estadual de planejamento não nos foi devolvido conforme prometido, e os estudos das consultorias contratadas para analisar a situação das políticas federais no estado também não foram disponibilizados.

Além disso, os momentos de reunião com ministérios e autoridades se configuraram, em grande medida, como espaços de transmissão vertical de informações por parte do governo federal aos conselheiros, com pouca abertura para escuta e, menos ainda, para o diálogo.

Adicionalmente, gostaríamos de pontuar — ainda que não seja atribuição direta deste setor — mas pensando na composição do FPS e sua ligação sobre a criação dos Agentes Territoriais. Reconhecemos a importância dessa iniciativa; no entanto, consideramos que o processo de implementação necessita de maior rigor formativo e de critérios mais bem definidos e monitorados.

Entendemos que a seleção não deve ser amplamente aberta ao público geral sem parâmetros mais consistentes. Mesmo havendo análise curricular, são observadas falhas significativas no dia a dia em relação a esse canal, com brechas nos processos seletivos e nas organizações responsáveis por sua condução.

No cotidiano dos territórios, muitas vezes não se evidenciava a atuação dos Agentes Territoriais; e, quando presente, em diversos casos não correspondiam ao perfil esperado de educadores populares, tampouco demonstravam vínculo ou trajetória com as temáticas e com a realidade das comunidades onde atuavam.

Sabemos que bons currículos são amplamente disponíveis; entretanto, a experiência concreta com a educação popular, a vivência comunitária e o engajamento militante são dimensões essenciais que nem sempre foram consideradas de forma adequada. Assim, reiteramos que a proposta dos Agentes Territoriais é potente e necessária até para ser ampliada para cada ministério e política pública, mas apresenta fragilidades relevantes nos processos seletivos, que precisam ser revistas com muita seriedade interna.

## **6. Considerações finais**

O Fórum de Participação Social de Pernambuco reafirma seu compromisso com o fortalecimento da democracia, a promoção da justiça social e a ampliação da participação cidadã.

Destaca-se a relevância da iniciativa Governo do Brasil na Rua como instrumento de aproximação entre Estado e sociedade, sendo fundamental sua continuidade e institucionalização.

Apesar de reconhecermos os esforços do Governo Federal, precisamos garantir condições mínimas de manutenção e fortalecimento da participação social no Estado brasileiro. É preciso, no mínimo, estabelecer critérios para subsidiar as atividades dos Fóruns de Participação Social espalhados pelo país, garantindo a participação descentralizada das grandes metrópoles e a possibilidade de uma estadualização real deste processo, garantindo a participação para a construção do controle social dos representantes destes fóruns.

Destacamos que somos aliados do Governo do Brasil e que o Fórum de Participação Social de Pernambuco coloca-se à disposição para contribuir com o aprimoramento das políticas públicas e com a construção de soluções que atendam às demandas da população pernambucana.

*Recife/PE, 24 de abril de 2026*

*Fórum de Participação Social de Pernambuco (FPS-PE)*

## **Quem compõem o Fórum de Participação Social de Pernambuco:**

1. ABJD – Associação Brasileira de Juristas pela Democracia
2. ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos
3. ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos
4. Ateliê Coletivo de Artes Inclusivas
5. CEAAL – Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe
6. Coalizão Periferias e Favelas
7. Coletivo Libertando Subjetividades
8. Comissão Nacional dos Pontos de Cultura
9. CONAM – Confederação das Associações de Moradores de Pernambuco
10. CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
11. CUT – Central Única dos Trabalhadores
12. EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares
13. FASE/PE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
14. Federação das Mulheres Pernambucanas
15. FETAPE – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pernambuco
16. FNUSUAS - Frente Nacional em Defesa do SUAS
17. Fórum de Economia Solidária/PE
18. Fórum de Mulheres de Pernambuco
19. Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente
20. Fórum LGBT de Pernambuco
21. Fórum Suape Espaço Socioambiental
22. Frente pela Vida
23. Marcha Mundial das Mulheres
24. MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
25. Movimento de Trabalhadores por Direitos
26. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
27. Movimento Nacional de População em Situação de Rua
28. Movimento Nacional ODS Pernambuco
29. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
30. MTST Brasil – Titular
31. Participação Social Pernambuco (CONACS)

32. Rede Estadual de Colegiado Territorial de Pernambuco
33. Rede Unida / Frente pela Vida
34. SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa
35. SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia
36. UBM - União Brasileira de Mulheres – PE
37. UNEGRO – União de Negros e Negras pela Igualdade

Convidadas:

1. Comitê da Lei Paulo Gustavo
2. FBOMS – Movimentos Sócios Ambientais EcosBrasil
3. Comitê Estadual do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação